

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

## **PRINCÍPIOS BIOÉTICOS E CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA SOBRE O ABORTO E SUA APLICAÇÃO LEGAL**

ZAGO, Gladis Guiomar<sup>1</sup>  
FERNANDES, Leonardo Alexandre<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente estudo se propôs a focar a prática do aborto à luz do ordenamento jurídico e dos princípios da bioética a partir de pesquisas bibliográficas, leituras de obras, artigos dentre outras fontes. Foi realizada uma pesquisa com estudantes do curso de medicina da PUCPR onde analisou-se o grau de conhecimentos deles com relação a leis que tratam sobre o assunto. Foi aplicado um questionário com 4 perguntas fechadas e uma aberta em 10 estudantes de cada ano (1º ao 6º ano) do curso de medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, totalizando 60 estudantes. Após a coleta, os dados foram analisados. Quando interrogados sobre o conhecimento de alguma lei que trata sobre o aborto no Brasil, 81% dos estudantes afirmaram conhecer algum tipo lei. Acerca das situações em que o aborto é permitido por lei no Brasil 79% do total de entrevistados responderam no caso de gravidez resultante de estupro. Ao serem questionados em quais situações seriam favoráveis à ampliação da permissão legal de interrupção da gestação no Brasil, observou-se que percentuais significativos de estudantes se declararam favoráveis em diversas situações, além daquelas já regulamentadas por lei, com destaque para: anencefalia, gravidez que traz prejuízos graves à saúde física da mulher e para o feto com qualquer malformação congênita grave. Os resultados apresentados demonstram um conhecimento satisfatório dos acadêmicos do curso de Medicina de uma Universidade Privada quanto aos preceitos legais que regulamentam o aborto no Brasil.

**Palavras-Chave:** Aborto, Bioética, Estudante de Medicina, Normas Jurídicas.

### **Abstract**

The present study aimed to focus the practice of abortion in the light of the legal order and the principles of bioethics, based on bibliographical research, reading of works, articles among

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Unoesc – Campus Joaçaba, Pós-Graduada em Direito Material e Processual Civil pela Unoesc – Campus Videira, Mestre em Ciência Jurídica pela Univali, professora nos cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis e Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE – Curitiba-PR. E-mail: gladiszago@gmail.com.

<sup>2</sup> Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Tuiuti do Paraná (2007), graduação em Odontologia pela Universidade Iguazu (2012) e graduação em andamento em Direito pelo Centro Universitário Campos de Andrade (2019). Especialista em Odontologia Legal pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Especialista em Endodontia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017). Especialista em Direito Aplicado aos Serviços de Saúde pela Universidade Cândido Mendes (2018) Especialista em Saúde Coletiva Ciências Criminais pela Universidade Católica Dom Bosco (2019). Mestre em Odontologia (Reabilitação Oral) pela Universidade Veiga de Almeida (2015). Doutorando em Odontologia (Endodontia) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018). Tem experiência na área de Odontologia, atuando principalmente nos seguintes temas: endodontia, odontologia legal, perícia e direito aplicado aos serviços de saúde.

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

other sources. A research was carried out with students of the PUCPR medical course where the degree of their knowledge regarding laws that deal with the subject was analyzed. A questionnaire was applied with 4 closed questions and one opened in 10 students of each year (1st to 6th year) of the medical course of the Pontifical Catholic University of Paraná, totaling 60 students. After the data collection, the data were analyzed. When asked about the knowledge of some law that deals with abortion in Brazil, 81% of the students said they knew some kind of law. About situations in which abortion is allowed by law in Brazil 79% of the total respondents responded in the case of pregnancy resulting from rape. When questioned in which situations would favor the extension of legal permission to interrupt gestation in Brazil, it was observed that significant percentages of students declared themselves to be favorable in several situations, besides those already regulated by law, especially: anencephaly, pregnancy brings serious harm to the physical health of the woman and the fetus with any serious congenital malformation. The results presented demonstrate a satisfactory knowledge of the medical students of Private University regarding the legal precepts that regulate abortion in Brazil.

**Keywords:** Abortion, Bioethics, Medical Student, Legal Norms.

## 1. INTRODUÇÃO

O aborto tem despertado debates acalorados na medicina e em grande parte da sociedade. Se por um lado há os que defendem a descriminalização do aborto, há aqueles que se apoiam em argumentos morais, políticos e religiosos para continuar contrários à sua proibição, porém antes de qualquer posição é muito importante saber os riscos que ele representa para a saúde da mulher e das consequências que isso pode trazer para o resto da sua vida (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

O aborto é a expulsão de um embrião ou de um feto antes do final do seu desenvolvimento e viabilidade em condições de vida extrauterinas. Sob o aspecto jurídico o aborto é simplesmente a interrupção da gestação, com o intuito da morte fetal, independentemente da idade gestacional (MORAIS, 2008).

No Brasil o aborto voluntário ou provocado é considerado ato criminoso e detalhado no Código Penal de 1940 nos artigos 124 até 127. O aborto legal ou permitido por lei é explicitado no artigo 128 do mesmo código em que traz situações bem caracterizadas de exclusão de antijuridicidade. De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal de abril de 2012, a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos também não é considerado crime (ECHEVENGUA et al., 2017).

Não se pune o aborto praticado pelo médico se não houver outro meio de salvar a vida da gestante; se a gravidez for resultante de estupro e o aborto for precedido do consentimento da gestante e, quando menor, de seu representante legal (MORAIS, 2008).

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

Quando o aborto for praticado por previsão legal, a equipe deve se sentir segura e autônoma para realizar o aborto, agindo com bom senso e sensibilidade diante de cada caso. A vontade da mulher deve ser respeitada, inclusive a vontade da criança ou adolescente. Nos casos de impasse ou conflito, deve prevalecer a vontade da mulher, adolescente ou criança sobre a dos pais ou representantes legais, devendo ser ouvido o Juiz da Vara da Infância e Juventude ou o representante do Ministério Público (ECHEVENGUA et al., 2017).

Diante de um abortamento, seja ele, natural ou provocado, não pode o médico comunicar o fato a autoridade policial ou mesmo judicial, em razão de estar diante de uma situação típica de segredo médico. O segredo médico pertence ao paciente, sendo o médico o seu depositário e guardador, somente podendo revelá-lo em situações muito especiais como: dever legal, justa causa ou autorização expressa do paciente. Revelar o segredo sem a justa causa ou dever legal, causando dano ao paciente além de antiético é crime (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

A problemática do aborto é um exemplo nítido tanto da dificuldade de se estabelecer diálogos sociais frente a posições morais distintas quanto do obstáculo em se criar um discurso acadêmico independente sobre a questão (DALLAR, 2009).

O direito como sendo uma ciência social em que estuda e regula as normas de conduta, também está inteiramente aberto a bioética, que lhe auxilia em suas diretrizes quando trata sobre a vida, pois, o direito é polissêmico, interage com todas as outras ciências. De acordo com estudos realizados no contexto da bioética, o aborto é um dos temas que ainda precisa ser muito discutido, a fim de manifestar a diferença entre moral e ética (MORAIS, 2008).

Uma das problemáticas referentes ao aborto, que emerge como questão de saúde pública, é a sua forma de realização, que ocorre, na maioria das vezes, de maneira clandestina e insegura, provocando várias implicações biopsicossociais à mulher. Além disso, abortar em condições desfavoráveis à saúde é uma violação dos direitos humanos, principalmente para as mulheres com baixo grau de escolaridade, pobres e negras (DALLAR, 2009).

O aborto é um tema de grandes repercussões, que até hoje se discute, sem chegar a um consenso único. O presente artigo procura mostrar o aborto a luz do ordenamento jurídico e suas principais discussões bioéticas. Desse modo, este trabalho teve como objetivos: realizar uma revisão de literatura sobre o aborto, suas principais implicações jurídicas e bioéticas e uma pesquisa com estudantes do curso de medicina da PUCPR para analisar o grau de conhecimentos deles com relação a leis que tratam sobre o assunto.

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

A bioética derivou da ética filosófica. Pode ser interpretada como uma espécie de ética aplicada. Seu objeto de estudo e suas reflexões foram sendo ampliados à medida que a tecnologia e a biotecnologia foram se desenvolvendo, em especial a partir de 1970. Assim, a bioética surge como uma ciência, e em razão da complexidade da matéria abordada apresenta características interdisciplinares (DE FARO; BRAZ, 2010).

Atualmente, o termo bioética se refere à ética existente nas relações médicas, nas ciências da vida, na biotecnologia, na engenharia genética, na embriologia, na ecologia e nas tecnociências. É responsável por estabelecer controles éticos em temas polêmicos, como no aborto (DE FARO; BRAZ, 2010).

O direito à integridade física é garantia de proteção à vida humana. Uma conduta pode atingir diretamente a unidade biológica que compõe uma pessoa, ou atacar os aspectos que orbitam a unidade biológica, visto que ela é um ser biopsicossocial (DALLAR, 2009).

O aumento da incidência de complicações devidas ao aborto, no Brasil, é o fenômeno mais evidente nas últimas décadas, figurando entre as principais causas de mortalidade materna, principalmente nos últimos 15 anos. As consequências da realização do aborto para a saúde da mulher podem ser caracterizadas como físicas e/ou psíquicas (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

O Código Civil Brasileiro de 2002 resolveu tutelar, além da integridade física, o direito do paciente, visto como um dos direitos da personalidade, ao estabelecer que ninguém deve ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a procedimento médico-hospitalar (ECHEVENGUA et al., 2017).

O dilema ético central do aborto dá-se entre o respeito pelo embrião, ser humano em formação, tanto mais forte quanto mais avançada a idade gestacional, e o eventual desejo da mulher de não querer gestar, de não querer ter aquele filho. Para complicar, a sociedade pode ter legislado sobre se o feto é um prolongamento da mãe ou um ser independente, se sua vida é prioritária sobre os sentimentos da mãe, e pode ter restringido os direitos da mãe de decidir segundo seus sentimentos, como é o caso do Brasil e outros países, em que prevalecem os dogmas da Igreja Católica (DE FARO; BRAZ, 2010).

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

A genética e a embriologia modernas oferecem um relato bastante detalhado sobre o desenvolvimento da vida humana. Esta começa com a união do óvulo e do espermatozoide, e continua a crescer até o nascimento da criança. O desenvolvimento do ser concebido que continua ininterruptamente na criança recém-nascida, sugere que a vida humana está presente desde a concepção. Alguns, no entanto, sustentam que certos estágios podem ser apontados nesse crescimento, e que qualquer um deles poderia ser tomado como o início da vida humana. Um desses estágios sugeridos seria o da implantação do óvulo fertilizado no útero o que ocorre mais ou menos 6 a 7 dias depois da fertilização. Teólogos católicos, do passado, defendiam que o início da animação, isto é, a infusão da alma espiritual no embrião, ocorre quando a matéria está suficientemente organizada para ser suporte da alma ou da forma substancial do homem (ECHEVENGUA et al., 2017).

## 2.1 TIPOS DE ABORTO

O aborto pode ser natural, acidental, criminoso, legal ou permitido. O aborto natural não é crime e ocorre quando há uma interrupção espontânea da gravidez. O acidental, também não é crime, e pode ter por origem varias causas, como traumatismos, quedas etc. O aborto criminoso é aquele vedado pelo ordenamento jurídico. O aborto legal ou permitido se subdivide em: terapêutico ou necessário: utilizado para salvar a vida da gestante ou impedir riscos iminentes à sua saúde em razão de gravidez anormal; eugênico: é o feito para interromper a gravidez em caso de vida extrauterina inviável. O aborto miserável ou econômico social praticado por motivos de dificuldades financeiras, prole numerosa. O aborto *honoris causa* é feito para salvaguardar a honra no caso de uma gravidez adulterina ou outros motivos morais (DE FARO; BRAZ, 2010).

Atualmente, um dos tipos de aborto que muito se comenta é aquele decorrente da anencefalia do feto.

A anencefalia é uma grave malformação fetal que resulta da falha de fechamento do tubo neural. Isso leva à ausência dos hemisférios cerebrais, da calota craniana e do cerebelo. A conjunção desses fatores impede a possibilidade de vida extrauterina. A anencefalia não possui tratamento ou cura, e é fatal em 100% dos casos (PEREIRA, 2012).

Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal decidiu que é um direito constitucional da mulher a antecipação do parto em caso de anencefalia e que pode ser solicitada, sem

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

necessidade de autorização judicial. Em caso de anencefalia, não há idade gestacional máxima para solicitar a antecipação (ECHEVENGUA et al., 2017).

O diagnóstico de anencefalia é dado a partir da 12ª semana de gestação. Deve-se tirar duas fotografias, identificadas e datadas, uma com a face do feto em posição sagital e a outra, com corte transversal, demonstrando a ausência da calota craniana e de parênquima cerebral identificável; laudo assinado por dois médicos, capacitados para tal diagnóstico. Diante do diagnóstico de anencefalia, o médico deve orientar a mulher para que ela decida livremente se quer prosseguir com a gravidez (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

De acordo com o ponto de vista dos juízes que defenderam a interrupção da gravidez de fetos anencéfalos, não haveria descumprimento da lei nessa conduta, porque, embora o risco de morte da mãe não fosse imediato, estariam evitando que a mulher enfrentasse as dificuldades de uma gestação que, com certeza, redundaria na morte do feto. Já os que defendem a posição contrária argumentam que autorizar a interrupção nos casos de anencefalia pode abrir um precedente que serviria de referência para outros tipos de malformação, o que isso poderia levar a um critério de eugenia, no sentido pior da palavra, parecido com o que os nazistas tentaram fazer no passado. No entanto, os juízes que defendem a interrupção da gravidez nesses casos contra argumentam que essa decisão se refere a um problema específico. Apesar disso, há autorizações judiciais que permitem interromper a gravidez se o feto apresentar outras malformações graves (ECHEVENGUA et al., 2017).

## 2.2 RECOMENDAÇÕES ÉTICAS

Algumas recomendações éticas devem ser seguidas no atendimento da interrupção da gestação decorrente de aborto: a mulher deverá ser atendida por uma equipe multidisciplinar; deve-se tomar providências policiais e judiciais cabíveis recomendadas a cada caso; esclarecimento sobre as alternativas legais quanto ao destino da gestação e sobre a possibilidade de atenção nos serviços de saúde pública. (aborto, gestação a termo, ficar com o filho ou doar a criança); a palavra da mulher que afirma ter sofrido violência deve ser recebida como presunção de veracidade (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

O objetivo do serviço de saúde não deve ser confundido com os procedimentos reservados a polícia ou justiça. A realização do abortamento em gestação decorrente de estupro não está

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

condicionada a apresentação de boletim de ocorrência policial, exame de corpo de delito e de alvará ou autorização judicial (PEREIRA et al., 2012).

### **2.2.1 Aborto Terapêutico - No risco de morte materno**

A avaliação deverá ser de no mínimo dois profissionais, um deles deverá ser clínico geral ou especialista na doença que está motivando a interrupção. O Prontuário Médico deverá conter as justificativas médicas detalhando o risco materno. Deve-se ter a anuência e/ou consentimento esclarecido, assinado pela gestante ou por seus familiares, salvo se isso não for possível, em situações de eminente risco de vida. Ter apoio e acompanhamento de uma equipe multiprofissional, especialmente psicólogos, tendo em vista que a gestação é desejada. Em situações especiais, por exemplo: coma, choque, câncer, quimioterapia, radioterapia; a conduta deve ser individualizada. Não é necessária autorização judicial, nem boletim de ocorrência e nem comunicação ao CRM (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2013).

### **2.2.2 Aborto por Anomalia Fetal**

O aborto por anomalia fetal ocorre quando é detectado precocemente alguma malformação do feto, muitas delas incompatíveis com a vida extrauterina. Mesmo não estando previstas nas possibilidades legais do Código Penal Brasileiro, tem sido possível a interrupção da gestação mediante autorização judicial, exceto a anencefalia. Em estudo realizado anterior a decisão do Superior Tribunal de Justiça, as causas mais frequentes de autorizações judiciais foram: anencefalia, malformações congênitas múltiplas, malformações do sistema urinário, anomalias ósseas, erros de fechamento da linha média (ECHEVENGUA et al., 2017).

## **2.3 ABORTO NO BRASIL**

De acordo o Ministério da Saúde (2017), o aborto no Brasil acontece em cerca de 10% das gestações. Entre eles, a maior parte é provocada das mais diferentes maneiras. O abortamento no país resulta de necessidades não satisfeitas de planejamento reprodutivo, envolvendo déficit de informações sobre a anticoncepção, dificuldades de acesso aos métodos, falhas no seu uso, uso irregular ou inadequado e/ou ausência de acompanhamento pelos serviços de saúde.

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

Em 2015 o aumento dos casos de microcefalia, relacionados à infecção por zika vírus durante a gravidez, os bebês dessas mães podem desenvolver a chamada síndrome congênita do zika, que está relacionada, por exemplo, a problemas auditivos e visuais, convulsões e dificuldade de digerir. Em muitos casos, a síndrome se manifesta através da microcefalia, que ocorre quando o cérebro do feto não cresce dentro do normal. Reacendeu a polêmica do direito ao aborto para mulheres. Essa condição foi defendida pela Organização das Nações Unidas, que recomendou que os países mais pobres revejam suas leis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

### **3. METODOLOGIA**

Foi realizada uma revisão de literatura sobre o aborto, tendo como foco as principais leis e reflexões bioéticas. Os artigos analisados abordam questões relacionadas à mortalidade materna, à magnitude do aborto no Brasil, às implicações do aborto na saúde pública, à autonomia da mulher, aos direitos humanos e à decisão pela prática do aborto e questões bioéticas.

Foi aplicado de um questionário com 4 perguntas fechadas e uma aberta, sobre leis brasileiras relacionadas ao aborto em 60 estudantes (10 estudantes de cada ano, do 1º ao 6º ano) do curso de medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no período de 20 a 24 de maio de 2018. Após a coleta, os dados foram analisados em forma de porcentagem.

### **4. RESULTADOS**

Quando interrogados sobre o conhecimento de alguma lei que trata sobre o aborto no Brasil, 81% dos estudantes afirmaram conhecer algum tipo lei. Acerca das situações em que o aborto é permitido por lei no Brasil 79% do total de entrevistados responderam no caso de gravidez resultante de estupro.

Ao serem indagados sobre qual tipo de aborto foi autorizado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, a maioria dos estudantes relatou o aborto de fetos anencéfalos (76,2%). Do total de alunos entrevistados, um percentual de 51,6% relatou conhecer alguém que já realizou o aborto. Ao serem questionados em quais situações seriam favoráveis à ampliação da permissão legal de interrupção da gestação no Brasil, observou-se que percentuais significativos de estudantes se declararam favoráveis em diversas situações, além daquelas já regulamentadas por lei, com

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

destaque para: anencefalia, gravidez que traz prejuízos graves à saúde física da mulher e para o feto com qualquer malformação congênita grave e nas situações em que a gravidez traz prejuízos graves à saúde física da mulher.

## 5. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados mostram um conhecimento satisfatório dos acadêmicos do curso de Medicina da PUCPR quanto aos preceitos legais que regulamentam o aborto no Brasil. Um dado relevante do estudo foi o significativo número de estudantes que expressaram opinião mais liberal do que a lei atual com relação à prática do aborto. A atitude favorável à ampliação do permissivo legal para interrupção da gestação aparece não só com relação à anencefalia, mas também nos casos em que o feto apresenta qualquer malformação congênita grave e nas situações em que a gravidez traz prejuízos graves à saúde física da mulher. Sob o ponto de vista bioético a mulher como qualquer outro indivíduo, independentemente de raça, etnia ou classe social, tem o direito sobre o próprio corpo.

## REFERÊNCIAS

CÓDIGO PENAL. **Decreto Lei no2848 de 07 de dezembro de 1940**. In: Vade mecum penal e processual penal. 9a ed. Noteroi, RJ: Impetus, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Conselhos de medicina se posicionam a favor da autonomia da mulher em caso de interrupção da gestação**. Rede dos Conselhos de Medicina. 2013. Disponível em: <[http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=23661](http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23661)>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

DALLAR S. G. **Aborto - Um Problema Ético da Saúde Pública**. Revista Bioética, v. 2, n.º 1. 2009. Disponível em: [http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/441/324](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/441/324). Acesso em: 25 de maio de 2018.

DE FARO S. S.; BRAZ, M. **As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública** Revista Bioética. Conselho Federal de Medicina Brasília, Brasil. Vol. 18, n.º 1, 2010, pp. 131-153. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361533252010>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

ZAGO, Gladis Guiomar; FERNANDES, Leonardo Alexandre. Princípios bioéticos e conhecimento dos estudantes do curso de medicina de uma universidade privada sobre o aborto e sua aplicação legal. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 21, jul-dez/2019. ISSN 2175-7119.

ECHEVENGUA P. M.; BELARMINO V.; GONZALES T. N. PILUSKI M. C. M. V. **Aborto e microcefalia: inserção da bioética.** VITTALLE, ISSN online 2177-7853 / ISSN impresso 1413-3563, Rio Grande/RS, Brasil. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica.** 9ª ed. Brasília; 2017. Disponível: [hp://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada\\_abortamento\\_norma\\_tecnica\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf) Acesso 20 de maio 2018.

MORAIS, L. R. **A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher.** Senatus, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008.

PEREIRA, V. N. et al. **Abortamento induzido: vivência de mulheres baianas.** Saude & Sociedade, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1056-1062. out./dez. 2012.  
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.510.** Inconstitucionalidade do parágrafo 2 do artigo 7º da Lei nº 9.868, de 1999. Disponível em <http://www.stf.gov.br>. Acessado em 25 de maio de 2018.